

PEDAGOFLIX

2026







PEDAGOFLIX

— E-BOOKS —

Resumão

Conhecimentos Gerais

SED/SC

-  **LINGUAGEM CLARA E OBJETIVA**
-  **ACESSO IMEDIATO**
-  **CONTEÚDO ATUALIZADO**
-  **FÁCIL DE CONSULTAR**
-  **CUSTO-BENEFÍCIO**
-  **FOCADO PARA CONCURSOS**

150
QUESTÕES COMENTADAS

PIRATARIA É CRIME!



Aviso Importante – Pirataria é Crime

Este material é protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). A reprodução, distribuição, venda, compartilhamento ou qualquer outra forma de uso indevido sem autorização expressa do autor constitui crime e pode gerar responsabilidade civil e criminal.

 **Atenção concursário:** Nos processos seletivos, há a etapa de avaliação da vida pregressa, que inclui a análise dos antecedentes criminais. Assim, qualquer envolvimento com pirataria pode comprometer sua aprovação no concurso e inviabilizar a posse no cargo público.

 Este e-book é de uso exclusivamente pessoal e intransferível. Não compartilhe, não repasse e não permita a circulação ilegal deste material. Respeitar os direitos autorais é também respeitar sua trajetória rumo à aprovação.

 Valorize o conhecimento, apoie a educação e lembre-se: pirataria é crime, não arrisque o seu futuro!

DENUNCIE: WHASTAPP 81 9787-9819



PEDAGOFlix

DÊ UM PLAY NA SUA
APROVAÇÃO!



PROFESSOR ALONSO

CONHEÇA A PEDAGOFLEX

A MAIOR PLATAFORMA DE PEDAGOGIA DO BRASIL



A Pedagogoflix é a maior e mais completa plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, criada para preparar professores e pedagogos que desejam conquistar a aprovação e se destacar na prática educacional.

Fundada em outubro de 2020 pelo Professor Alonso, a Pedagogoflix nasceu com a missão de oferecer uma preparação de alta qualidade, acessível e realmente eficiente para quem sonha com a aprovação.

Hoje, a Pedagogoflix reúne duas plataformas completas de preparação para atender o aluno em todas as etapas dos estudos:

Plataforma de Videoaulas: com mais de 1.000 videoaulas, conteúdos organizados, aulas atualizadas e uma metodologia objetiva, pensada para facilitar o aprendizado e potencializar os resultados. (WWW.PEDAGOFLEX.COM.BR)

Plataforma de Questões: o maior site de questões de pedagogia do Brasil, com mais de 100.000 questões comentadas, ideal para treinar, revisar conteúdos, testar conhecimentos e evoluir com mais segurança para a prova. (WWW.QUESTOES.PEDAGOFLEX.COM.BR)

Já são milhares de alunos aprovados em todo o Brasil, consolidando a Pedagogoflix como uma das maiores referências nacionais em preparação para concursos na área da pedagogia.

E o melhor: Temos planos a partir de **R\$ 19,90 por mês**. Entre em contato com a nossa equipe, conheça a plataforma ideal para o seu momento e dê hoje mesmo o próximo passo rumo à sua aprovação. (WWW.LOJA.PEDAGOFLEX.COM.BR)

PARTICIPE DOS NOSSOS GRUPOS

GRATUITOS DO WHATSAPP



A Pedagogoflix conta com **grupos gratuitos no WhatsApp para todos os Estados do Brasil!**

Temos um grupo de estudos para cada Estado, facilitando o acesso a informações relevantes e oportunidades mais próximas da sua realidade.

Nesses grupos, você recebe avisos sobre concursos, informações sobre editais, novidades importantes da área da educação, além de conteúdos que fortalecem a sua preparação no dia a dia.

Além disso, compartilhamos aulas, dicas, macetes de prova, simulados, materiais de apoio, conteúdos disponíveis na plataforma e eBooks que podem auxiliar diretamente na sua jornada de estudos.

É um espaço pensado para manter você bem informado, mais preparado e sempre um passo à frente na sua caminhada rumo à aprovação.

Entre no grupo do seu Estado e acompanhe gratuitamente conteúdos e informações que podem fazer a diferença na sua preparação.

WWW.LOJA.PEDAGOFlix.COM.BR/GRUPOSWhatsApp



PROFESSOR ALONSO

EXPERIÊNCIA QUE APROVA E INSPIRA



Professor Alonso, natural do Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada por disciplina, dedicação e resultados concretos em concursos públicos. Em 1999, iniciou sua caminhada de sucesso ao conquistar o 11º lugar no concorrido concurso do Colégio Naval da Marinha do Brasil, destacando-se entre mais de 10 mil candidatos. Serviu à Marinha por 16 anos, onde alcançou o posto de Capitão, experiência que consolidou sua liderança, disciplina e compromisso com a excelência.

Após a carreira militar, voltou-se aos concursos civis e, em 2014, conquistou a 7ª colocação para Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco, cargo que exerce atualmente. Ao longo de sua jornada, também foi aprovado em outros concursos de destaque, como Analista Administrativo do TRF1 e Auditor Fiscal da Prefeitura de Recife.

A partir de 2014, uniu sua paixão pelo ensino e pela pedagogia à experiência de concursado vitorioso, passando a atuar como coach de concursos e professor dedicado à preparação de candidatos. Milhares de alunos já foram orientados por suas técnicas de estudo, planejamento e, principalmente, por sua forma clara e objetiva de ensinar.

Em 2020, fundou a PEDAGOFlix, maior plataforma de pedagogia para concursos do Brasil, que hoje conta com milhares de aulas exclusivas e já se consolidou como referência nacional em aprovações.

Formação Acadêmica:

- Graduado em Ciências Navais (Administração) pela Escola Naval.
- Pós-graduado em Pedagogia Transformadora pela PUC.
- Certificado em Coaching pelo Instituto CEFOSPE.

Carreira e Aprovações:

- 16 anos como Oficial da Marinha do Brasil (Capitão).
- Auditor Fiscal da Receita Estadual de Pernambuco.
- Fundador e professor da PEDAGOFlix.
- Aprovado em concursos de alto nível: Colégio Naval (1999), TRF1 (2011), Prefeitura de Recife (2014), Receita de Pernambuco (2014).

Sumário

1 Fundamentos legais e normativos da educação brasileira e catarinense	14
1.1 Fundamentos legais e normativos da educação brasileira	
1.2 Fundamentos legais e normativos da educação catarinense	
1.3 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos e garantias fundamentais	
1.4 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos sociais	
1.5 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: disposições constitucionais sobre educação	
1.6 Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à educação	
1.7 Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção integral	
1.8 Estatuto da Criança e do Adolescente: convivência familiar e comunitária	
1.9 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: estrutura	
1.10 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: princípios	
1.11 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: organização das etapas da educação básica	
1.12 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: organização das modalidades da educação básica	
1.13 Plano Nacional de Educação: metas	
1.14 Plano Nacional de Educação: estratégias	
1.15 Plano Nacional de Educação: avaliação da política educacional	
1.16 Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: metas	
1.17 Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: estratégias	
1.18 Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: avaliação da política educacional	
1.19 Lei Complementar Estadual n.º 170/1998: Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina	
1.20 Marcos legais da educação inclusiva	
1.21 Marcos legais da educação especial	

- 1.22 Legislação sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena
- 1.23 Implementação curricular da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena
- 1.24 Gestão democrática do ensino público: fundamentos legais
- 1.25 Gestão democrática do ensino público: instâncias colegiadas
- 1.26 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina: direitos
- 1.27 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina: deveres
- 1.28 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina: responsabilidades
- 1.29 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina: regime disciplinar
- 1.30 Estatuto do magistério público estadual catarinense
- 1.31 Plano de carreira do magistério público estadual catarinense
- 2 Currículo e organização do trabalho pedagógico
- 2.1 Currículo e organização do trabalho pedagógico
- 2.2 Base Nacional Comum Curricular: competências gerais
- 2.3 Base Nacional Comum Curricular: áreas do conhecimento
- 2.4 Base Nacional Comum Curricular: componentes curriculares
- 2.5 Base Nacional Comum Curricular: etapas da educação básica
- 2.6 Proposta Curricular de Santa Catarina: fundamentos históricos
- 2.7 Proposta Curricular de Santa Catarina: concepções pedagógicas
- 2.8 Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: princípios
- 2.9 Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: estrutura
- 2.10 Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: articulação com a Base Nacional Comum Curricular
- 2.11 Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: formação geral básica
- 2.12 Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: itinerários formativos

- 2.13 Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: trilhas de aprofundamento
- 2.14 Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: organização curricular vigente
- 2.15 Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais
- 2.16 Educação Profissional e Tecnológica: normas estaduais vigentes
- 2.17 Integração curricular: interdisciplinaridade
- 2.18 Integração curricular: transdisciplinaridade
- 2.19 Integração curricular: contextualização do conhecimento
- 2.20 Avaliação da aprendizagem: concepções
- 2.21 Avaliação institucional: concepções
- 2.22 Indicadores educacionais
- 2.23 Uso dos resultados da avaliação para melhoria da qualidade
- 2.24 Planejamento educacional
- 2.25 Organização do trabalho escolar
- 3 Diversidade, direitos humanos e proteção integral
- 3.1 Diversidade, direitos humanos e proteção integral
- 3.2 Educação em direitos humanos: princípios
- 3.3 Educação em direitos humanos: marcos normativos
- 3.4 Educação em direitos humanos: práticas escolares
- 3.5 Educação para as relações étnico-raciais: combate ao racismo
- 3.6 Educação para as relações étnico-raciais: valorização da diversidade
- 3.7 Educação para as relações étnico-raciais: implementação curricular
- 3.8 Educação escolar indígena: especificidades
- 3.9 Educação escolar indígena: marcos legais
- 3.10 Educação escolar quilombola: especificidades
- 3.11 Educação escolar quilombola: marcos legais
- 3.12 Educação do campo: especificidades
- 3.13 Educação do campo: marcos legais
- 3.14 Diversidade étnico-racial no contexto escolar
- 3.15 Diversidade de gênero no contexto escolar
- 3.16 Diversidade sexual no contexto escolar
- 3.17 Diversidade religiosa no contexto escolar

- 3.18 Diversidade linguística no contexto escolar
 - 3.19 Diversidade sociocultural no contexto escolar
 - 3.20 Reconhecimento e promoção de equidade no contexto escolar
 - 3.21 Inclusão no contexto escolar
 - 3.22 Acessibilidade no contexto escolar
 - 3.23 Desenho Universal para a Aprendizagem
 - 3.24 Estratégias e adaptações para a educação para todos
 - 3.25 Convivência escolar
 - 3.26 Cultura de paz
 - 3.27 Prevenção às violências
 - 3.28 Estratégias de mediação
 - 3.29 Práticas restaurativas
 - 3.30 Saúde mental na escola
 - 3.31 Competências socioemocionais
 - 3.32 Bem-estar no contexto escolar
 - 3.33 Trabalho intersetorial
 - 3.34 Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes no contexto educacional
- 4 Tecnologias, inovação e contemporaneidade 81
- 4.1 Tecnologias digitais na educação: fundamentos
 - 4.2 Tecnologias digitais na educação: potencialidades
 - 4.3 Tecnologias digitais na educação: desafios
 - 4.4 Tecnologias digitais na gestão pública: fundamentos
 - 4.5 Tecnologias digitais na gestão pública: potencialidades
 - 4.6 Tecnologias digitais na gestão pública: desafios
 - 4.7 Cultura digital
 - 4.8 Letramento digital
 - 4.9 Cidadania digital: habilidades
 - 4.10 Cidadania digital: responsabilidade
 - 4.11 Cidadania digital: participação crítica
 - 4.12 Uso pedagógico de plataformas
 - 4.13 Uso administrativo de plataformas
 - 4.14 Ambientes virtuais de aprendizagem

- 4.15 Recursos educacionais abertos
- 4.16 Ensino híbrido: modelos
- 4.17 Ensino híbrido: regulamentação
- 4.18 Ensino híbrido: aplicações
- 4.19 Educação a distância: modelos
- 4.20 Educação a distância: regulamentação
- 4.21 Educação a distância: aplicações
- 4.22 Inteligência Artificial na educação: aplicações éticas
- 4.23 Inteligência Artificial na educação: potencial transformador no ensino
- 4.24 Inteligência Artificial na educação: potencial transformador na gestão
- 4.25 Segurança da informação no ambiente educacional
- 4.26 Proteção de dados pessoais no ambiente educacional
- 4.27 Lei Geral de Proteção de Dados no ambiente educacional
- 4.28 Governança digital no ambiente educacional
- 4.29 Inovações científicas contemporâneas
- 4.30 Inovações tecnológicas contemporâneas
- 4.31 Impactos das inovações no mundo do trabalho
- 4.32 Impactos das inovações na sociedade
- 5 Administração pública, ética e contextos
 - 5.1 Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade
 - 5.2 Princípios constitucionais da Administração Pública: impessoalidade
 - 5.3 Princípios constitucionais da Administração Pública: moralidade
 - 5.4 Princípios constitucionais da Administração Pública: publicidade
 - 5.5 Princípios constitucionais da Administração Pública: eficiência
 - 5.6 Ética no serviço público: deveres
 - 5.7 Ética no serviço público: conflito de interesses
 - 5.8 Ética no serviço público: integridade
 - 5.9 Ética no serviço público: transparência
 - 5.10 Ética no serviço público: responsabilidade
 - 5.11 Lei de Acesso à Informação: transparência ativa
 - 5.12 Lei de Acesso à Informação: transparência passiva
 - 5.13 Lei de Acesso à Informação: sigilo
 - 5.14 Relações humanas no trabalho: comunicação

- 5.15 Relações humanas no trabalho: trabalho em equipe
- 5.16 Relações humanas no trabalho: resolução de conflitos
- 5.17 Aspectos históricos de Santa Catarina relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.18 Aspectos culturais de Santa Catarina relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.19 Aspectos geográficos de Santa Catarina relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.20 Aspectos sociais de Santa Catarina relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.21 Aspectos políticos de Santa Catarina relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.22 Aspectos econômicos de Santa Catarina relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.23 Aspectos históricos do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.24 Aspectos culturais do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.25 Aspectos geográficos do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.26 Aspectos sociais do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.27 Aspectos políticos do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas
- 5.28 Aspectos econômicos do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas

Conhecimentos Gerais

Bem-vindo(a) ao curso de Resumo dos Principais Tópicos do Edital para Conhecimentos Gerais- SED/SC.

Este material foi elaborado para facilitar a revisão geral das disciplinas na véspera das provas.

Nossa meta é que você domine os conteúdos fundamentais do edital, compreenda sua aplicação no exercício da função e consiga resolver questões com mais segurança, objetividade e precisão.

Vamos em frente: estudar os principais tópicos do edital de forma resumida e estratégica é tornar a preparação mais eficiente, mais direcionada e mais próxima da aprovação.

Fundamentos legais e normativos da educação brasileira e catarinense

Fundamentos legais e normativos da educação brasileira



A educação brasileira apoia-se na **Constituição Federal de 1988**, que garante direito de todos e dever do Estado e da família ✦, com igualdade de acesso, permanência, liberdade de aprender e gestão democrática. A **LDB 9.394/1996** organiza níveis, modalidades e competências federativas. O **PNE** fixa metas decenais. Destacam-se ainda o **ECA**, a **BNCC** e diretrizes do CNE, que orientam currículo, inclusão, avaliação, financiamento e qualidade social da educação brasileira ✓.

Questão 1. (Pedagogoflix 2026) Com base nos fundamentos legais e normativos da educação brasileira, qual alternativa sintetiza corretamente o papel da Constituição Federal de 1988, da LDB, do PNE, do ECA, da BNCC e das diretrizes do CNE?

- a) A Constituição trata apenas do financiamento, enquanto a LDB define metas decenais e a BNCC garante gestão democrática.
- b) O PNE organiza níveis e modalidades, e o ECA estabelece exclusivamente diretrizes curriculares nacionais.
- c) A Constituição garante o direito à educação; a LDB organiza níveis, modalidades e competências; e PNE, ECA, BNCC e CNE orientam metas, currículo, inclusão, avaliação e qualidade social.
- d) A BNCC substitui a LDB na definição das competências federativas e dispensa as diretrizes do CNE.
- e) O ECA e a BNCC restringem-se à educação infantil, sem relação com inclusão ou avaliação.

Resposta: c

A alternativa resume corretamente as funções dos principais marcos legais: direito à educação na Constituição, organização pela LDB e orientação por PNE, ECA, BNCC e CNE.

Fundamentos legais e normativos da educação catarinense

Em Santa Catarina, a educação apoia-se na Constituição Estadual, no Sistema Estadual de Educação e nas normas do Conselho Estadual de Educação. A Secretaria de Estado da Educação coordena políticas, currículo, avaliação e gestão ✦. Destacam-se o **Plano Estadual de Educação**, a garantia do **direito à aprendizagem**, a **gestão democrática**, a inclusão, a valorização dos profissionais e o regime de colaboração com municípios e União. Em concursos, cobram-se competências dos órgãos, autonomia escolar, financiamento, diversidade e controle social ✓.

Questão 2. (Pedagogflix 2026) No contexto da educação catarinense, qual alternativa expressa corretamente um fundamento normativo e de gestão destacado no texto?

- a) A educação em Santa Catarina depende exclusivamente das normas municipais.
- b) A Secretaria de Estado da Educação atua apenas no financiamento das escolas.
- c) O controle social substitui a gestão democrática nas unidades escolares.
- d) A autonomia escolar elimina o regime de colaboração com municípios e União.
- e) A educação estadual apoia-se na Constituição Estadual, no Sistema Estadual de Educação e nas normas do Conselho Estadual de Educação.

Resposta: e

A alternativa e sintetiza corretamente a base legal e normativa da educação catarinense apresentada no texto.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos e garantias fundamentais

A Constituição de 1988 assegura **direitos e garantias fundamentais** como base do Estado Democrático ✦. Destacam-se **igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana, legalidade, segurança e acesso à justiça**. Garante vida, educação, saúde, trabalho, liberdade de expressão, crença e associação. Proíbe discriminações e protege crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. Na educação, fundamenta o **direito de todos** ao ensino com igualdade de condições, gestão democrática e padrão de qualidade ⚖️.

Questão 3. (Pedagogflix 2026) Com base na Constituição de 1988, qual princípio fundamenta o direito de todos à educação com igualdade de condições, gestão democrática e padrão de qualidade?

- a) Restrição do acesso ao ensino por mérito individual
- b) Centralização administrativa sem participação social
- c) Direito de todos ao ensino, vinculado a direitos e garantias fundamentais
- d) Liberdade econômica como único fundamento da educação
- e) Prioridade exclusiva ao ensino privado

Resposta: c

A Constituição de 1988 vincula a educação aos direitos e garantias fundamentais, assegurando acesso para todos com igualdade de condições, gestão democrática e padrão de qualidade.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos sociais

A **Constituição de 1988** consagra a educação como **direito social** e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade. Visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para a cidadania e à qualificação para o trabalho. Garante **igualdade de acesso e permanência**, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo, gratuidade na rede pública e padrão de qualidade. ♣️ Determina atendimento educacional especializado, gestão democrática e prioridade absoluta à criança e ao adolescente. ✦ Em concursos, destacam-se os artigos **6º, 205, 206, 208 e 227**.

Questão 4. (Pedagogflix 2026) Segundo a Constituição de 1988, a educação é direito social e deve assegurar, entre outros princípios, qual aspecto?

- a) Cobrança de taxas na rede pública conforme a etapa de ensino
- b) Seleção de estudantes por desempenho para garantir padrão de qualidade
- c) Igualdade de acesso e permanência, com gratuidade na rede pública
- d) Exclusividade da família na formação para a cidadania
- e) Restrição da liberdade de aprender e ensinar para manter a ordem escolar

Resposta: c

A Constituição garante a educação como direito social, com igualdade de acesso e permanência, além da gratuidade do ensino público.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: disposições constitucionais sobre educação

A Constituição de 1988 define a educação como **direito de todos e dever do Estado e da família**, com colaboração social ✦. Visa ao *pleno desenvolvimento*, à cidadania e à qualificação para o trabalho. Garante **igualdade de acesso e permanência**, gratuidade do ensino público, gestão democrática, valorização dos profissionais e padrão de qualidade. Determina aplicação mínima de receitas em educação, assegura educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, atendimento especializado ◇ e acesso aos níveis mais elevados segundo a capacidade.

Questão 5. (Pedagogflix 2026) Segundo a Constituição de 1988, a educação é definida como:

- a) benefício restrito aos matriculados na rede pública
- b) dever exclusivo da família, sem colaboração social
- c) direito de todos e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade
- d) serviço opcional voltado apenas à qualificação para o trabalho
- e) ação estatal limitada ao ensino superior

Resposta: c

A Constituição afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade, visando à formação plena do indivíduo.

Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à educação

O **Estatuto da Criança e do Adolescente** assegura ♣ o **direito público subjetivo à educação**, com *igualdade de acesso e permanência*, respeito, liberdade e dignidade. Garante vaga em escola pública próxima, atendimento educacional especializado, proteção contra discriminação e participação da família ✦. Ao Estado cabe ofertar ensino obrigatório e gratuito; à escola, prevenir evasão e comunicar maus-tratos, faltas reiteradas e violência. O descumprimento gera responsabilização ⚖ e reforça a **prioridade absoluta** da criança e do adolescente.

Questão 6. (Pedagogflix 2026) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual situação expressa corretamente o direito à educação como direito público subjetivo?

- a) A oferta de ensino depende da disponibilidade eventual de vagas e da decisão da escola.
- b) O acesso à escola pública próxima é facultativo quando houver atendimento privado na região.
- c) A criança e o adolescente têm assegurados acesso e permanência na escola, com respeito, dignidade e possibilidade de exigir judicialmente esse direito.
- d) A participação da família no processo educacional é dispensável quando a escola cumpre sua função.
- e) O atendimento educacional especializado substitui a matrícula no ensino regular.

Resposta: c

O ECA garante a educação como direito exigível, com igualdade de acesso e permanência, respeito, dignidade e proteção integral.

Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção integral

O **Estatuto da Criança e do Adolescente** concretiza a **proteção integral** e a **prioridade absoluta** ✧, reconhecendo crianças e adolescentes como *sujeitos de direitos*. Família, sociedade e Estado devem assegurar vida, saúde, educação, dignidade, convivência familiar e proteção contra negligência, violência, discriminação e exploração. Na escola ✦, exige acesso, permanência, respeito, inclusão e comunicação ao **Conselho Tutelar** em casos de violação. Medidas protetivas e socioeducativas observam legalidade, brevidade e condição peculiar de desenvolvimento.

Questão 7. (Pedagogflix 2026) À luz do ECA, a proteção integral na escola exige, principalmente, que se assegurem:

- a) apenas acesso à matrícula e rendimento escolar mínimo
- b) disciplina rígida e encaminhamento direto à polícia em qualquer conflito
- c) acesso, permanência, respeito, inclusão e comunicação ao Conselho Tutelar em casos de violação
- d) prioridade ao conteúdo curricular acima da convivência familiar
- e) medidas punitivas iguais às dos adultos, sem considerar o desenvolvimento

Resposta: c

O ECA reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e, na escola, exige acesso, permanência, respeito, inclusão e acionamento do Conselho Tutelar diante de violações.

Estatuto da Criança e do Adolescente: convivência familiar e comunitária

O **Estatuto da Criança e do Adolescente** assegura, com prioridade absoluta, o direito à **convivência familiar e comunitária** ✦. Crianças e adolescentes devem crescer, preferencialmente, na **família natural**; se necessário, em **família extensa**, substituta, guarda, tutela ou adoção ♥. Acolhimento institucional é *excepcional e provisório*, nunca solução permanente. O poder público deve prevenir negligência, violência e ruptura de vínculos, fortalecendo laços afetivos, dignidade, proteção integral e desenvolvimento saudável na comunidade ◇.

Questão 8. (Pedagogflix 2026) Segundo o ECA, qual medida melhor expressa o direito à convivência familiar e comunitária?

- a) Priorizar o acolhimento institucional como solução permanente.
- b) Garantir o crescimento, preferencialmente, na família natural e, se necessário, em família extensa ou substituta.
- c) Substituir o convívio familiar pela permanência exclusiva em instituições públicas.
- d) Restringir a proteção integral aos casos de adoção.
- e) Admitir a ruptura de vínculos afetivos para assegurar disciplina.

Resposta: b

O ECA prioriza a convivência na família natural e, quando necessário, em família extensa ou substituta, sendo o acolhimento institucional apenas excepcional e provisório.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: estrutura

A **Lei n.º 9.394/1996** organiza a educação nacional em **2 níveis**: educação básica e educação superior. A básica compreende **educação infantil, ensino fundamental e ensino médio**. Define princípios ✦, finalidades, competências da União, estados e municípios, além da organização escolar, gestão democrática, currículo, avaliação, formação docente e financiamento. As alterações reforçam **inclusão**, diversidade, educação especial, educação integral, BNCC e articulação entre etapas, tema muito cobrado em provas.

Questão 9. (Pedagogoflix 2026) Segundo a Lei n.º 9.394/1996, como se estrutura a educação nacional?

- a) Em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação profissional
- b) Em educação básica e educação superior, sendo a básica formada por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio
- c) Em ensino regular e ensino especial, com subdivisão por faixas etárias
- d) Em educação básica, educação profissional e educação superior
- e) Em creche, pré-escola, ensino básico e graduação

Resposta: b

A LDB organiza a educação nacional em dois níveis: educação básica e educação superior; a básica inclui educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: princípios

A **Lei n.º 9.394/1996** fixa princípios da educação nacional: **igualdade de condições** para acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar, *pluralismo de ideias*, respeito à liberdade e à tolerância. Valoriza coexistência entre instituições públicas e privadas, **gratuidade do ensino público**, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade e valorização dos profissionais ✦. Também assegura vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais, com foco na **formação integral**, cidadania, inclusão, diversidade e equidade ⚖️.

Questão 10. (Pedagogflix 2026) Segundo os princípios da Lei n.º 9.394/1996, qual alternativa melhor expressa a finalidade da educação nacional?

- a) Priorizar apenas o desempenho acadêmico e a seleção dos mais aptos.
- b) Restringir a atuação educacional às instituições públicas gratuitas.
- c) Garantir formação integral, cidadania, inclusão, diversidade, equidade e vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais.
- d) Subordinar o ensino à uniformidade de ideias e métodos.
- e) Limitar a educação à transmissão de conteúdos formais, sem relação com a vida social.

Resposta: c

A LDB destaca a formação integral do educando, articulada à cidadania, à inclusão, à diversidade, à equidade e à relação entre educação, trabalho e práticas sociais.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: organização das etapas da educação básica

A **LDB n.º 9.394/1996** organiza a educação básica em **educação infantil, ensino fundamental e ensino médio** ✦. A educação infantil atende crianças de até 5 anos, em creche e pré-escola. O ensino fundamental é obrigatório, com duração de 9 anos, iniciando aos 6 anos ✦. O ensino médio, etapa final, consolida aprendizagens, prepara para o trabalho e a cidadania ☑️. A lei assegura **gratuidade, gestão democrática, inclusão, diversidade e equidade** na oferta educacional.

Questão 11. (Pedagogflix 2026) Segundo a LDB n.º 9.394/1996, como se organiza a educação básica?

- a) Em creche, pré-escola e ensino superior.
- b) Em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
- c) Em educação infantil, alfabetização e ensino técnico.
- d) Em ensino fundamental, ensino médio e educação profissional.
- e) Em pré-escola, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

Resposta: b

A LDB organiza a educação básica em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/1996 e suas alterações: organização das modalidades da educação básica

A **LDB n.º 9.394/1996** organiza a educação básica em **educação infantil, ensino fundamental e ensino médio**, assegurando formação comum, respeito à diversidade e gestão democrática ✦. Prevê modalidades como **Educação de Jovens e Adultos, educação especial, educação profissional e tecnológica e educação do campo, indígena e quilombola** ☑. Em concursos, cobra-se a articulação entre etapas e modalidades, com *acesso, permanência, inclusão e equidade* como princípios centrais ✨.

Questão 12. (Pedagogia 2026) Segundo a LDB n.º 9.394/1996, a organização das modalidades da educação básica deve articular etapas e modalidades com base, principalmente, em quais princípios?

- a) Centralização administrativa, seleção por mérito e padronização curricular rígida
- b) Acesso restrito, permanência facultativa e homogeneização do ensino
- c) Formação técnica imediata, hierarquização social e disciplina punitiva
- d) Acesso, permanência, inclusão e equidade
- e) Competitividade, segmentação e autonomia sem gestão democrática

Resposta: d

A LDB enfatiza a articulação entre etapas e modalidades da educação básica com garantia de acesso, permanência, inclusão e equidade para todos os estudantes.

Plano Nacional de Educação: metas

O **Plano Nacional de Educação** ✦ organiza, por dez anos, *20 metas* com estratégias para garantir acesso, permanência e aprendizagem. Em concursos, destacam-se universalização da educação básica, ampliação da educação infantil, alfabetização na idade certa, educação integral, inclusão, valorização docente, gestão democrática e elevação do investimento público. Também é essencial relacioná-lo ao regime de colaboração entre União, estados e municípios, com monitoramento contínuo e foco na redução das desigualdades sociais e regionais ⚖️.

Questão 13. (Pedagogflix 2026) No Plano Nacional de Educação, qual aspecto melhor expressa sua função ao organizar, por dez anos, 20 metas com estratégias para garantir acesso, permanência e aprendizagem?

- a) Priorizar apenas a ampliação do ensino superior privado.
- b) Substituir o regime de colaboração por ações isoladas dos municípios.
- c) Restringir a política educacional ao monitoramento estatístico.
- d) Orientar políticas articuladas, com monitoramento contínuo e foco na redução das desigualdades sociais e regionais.
- e) Limitar a valorização docente à formação inicial.

Resposta: d

O PNE orienta metas e estratégias articuladas entre os entes federativos, com acompanhamento contínuo e foco na equidade educacional.

Plano Nacional de Educação: estratégias

O **Plano Nacional de Educação** organiza metas e *estratégias* decenais para garantir acesso, permanência, aprendizagem e equidade ✦. As estratégias cobrem educação infantil, alfabetização, ensino integral, inclusão, formação e valorização docente, gestão democrática, financiamento e avaliação. Exigem cooperação entre União, estados e municípios, com monitoramento contínuo, indicadores e revisão de políticas. Em concursos, destaque para articulação com planos estaduais e municipais, foco na redução das desigualdades e na efetivação do **direito à educação** ✓.

Questão 14. (Pedagogflix 2026) No Plano Nacional de Educação, as estratégias decenais devem ser compreendidas principalmente como instrumentos para:

- a) centralizar a execução educacional exclusivamente na União.
- b) restringir a avaliação ao desempenho final dos estudantes.
- c) garantir acesso, permanência, aprendizagem e equidade, com cooperação entre os entes federativos.
- d) substituir os planos estaduais e municipais por metas nacionais únicas.
- e) priorizar apenas financiamento e formação docente.

Resposta: c

As estratégias do PNE visam assegurar o direito à educação com acesso, permanência, aprendizagem e equidade, articulando União, estados e municípios.

Plano Nacional de Educação: avaliação da política educacional

O **Plano Nacional de Educação** orienta metas decenais ✦ com foco em acesso, permanência, aprendizagem, inclusão e valorização docente. Sua avaliação envolve **monitoramento contínuo**, indicadores do Inep, metas quantificadas e controle social pelo Congresso, CNE e fóruns. Em concursos, destaca-se que a avaliação verifica *efetividade, equidade e financiamento* ☑, identificando avanços e desigualdades regionais. Em Santa Catarina, relaciona-se ao alinhamento entre planos nacional, estadual e municipais, com revisão periódica e responsabilidade federativa.

Questão 15. (Pedagogflix 2026) Na avaliação do Plano Nacional de Educação, o foco principal é verificar quais dimensões da política educacional?


- a) Apenas cumprimento formal de metas e prazos administrativos
- b) Somente resultados de aprendizagem medidos em provas externas
- c) Efetividade, equidade e financiamento, com monitoramento contínuo
- d) Exclusivamente a valorização docente e a expansão da matrícula
- e) Apenas a adequação dos planos municipais ao calendário escolar

Resposta: c

A avaliação do PNE vai além do cumprimento formal de metas, analisando

efetividade, equidade e financiamento, com base em monitoramento contínuo e indicadores.

Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: metas

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina alinha-se ao Plano Nacional e fixa metas com vigência decenal, articulando **acesso, permanência, aprendizagem e equidade**. Prioriza educação infantil, alfabetização na idade certa, melhoria do IDEB, expansão do ensino integral, inclusão , valorização e formação docente, gestão democrática, financiamento adequado e atendimento à diversidade. Em concursos, cobram-se a *compatibilidade com o PNE*, o monitoramento periódico e a cooperação entre Estado e municípios.



Questão 16. (Pedagogoflix 2026) No Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, qual combinação expressa corretamente seu alinhamento ao PNE e suas metas decenais?

- a) Ênfase exclusiva no financiamento, sem monitoramento periódico.
- b) Priorização apenas da educação infantil e da alfabetização, sem cooperação entre entes.
- c) Articulação entre acesso, permanência, aprendizagem e equidade, com monitoramento periódico e cooperação entre Estado e municípios.
- d) Foco principal em avaliações externas, desvinculado da inclusão e da diversidade.
- e) Autonomia total dos municípios, sem necessidade de compatibilidade com o PNE.

Resposta: c

O plano é compatível com o PNE, tem vigência decenal e articula acesso, permanência, aprendizagem e equidade, além de prever monitoramento e cooperação entre Estado e municípios.

Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: estratégias

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina organiza **estratégias** para garantir acesso, permanência e aprendizagem com qualidade . Prioriza universalização da educação básica, redução das desigualdades, inclusão , valorização dos profissionais,

gestão democrática e financiamento adequado. Também fortalece formação inicial e continuada, avaliação, alfabetização na idade certa, educação integral, tecnologia e articulação entre Estado e municípios. Em concursos, cobra-se a relação entre *metas, prazos, monitoramento* e regime de colaboração ∞.

Questão 17. (Pedagoflix 2026) No Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, qual estratégia melhor expressa a articulação entre metas, prazos, monitoramento e regime de colaboração?

- a) Centralizar as decisões educacionais apenas no Estado, sem participação municipal
- b) Priorizar somente a expansão tecnológica, sem relacioná-la à aprendizagem
- c) Estabelecer ações conjuntas entre Estado e municípios para garantir acesso, permanência e aprendizagem com acompanhamento das metas
- d) Restringir a avaliação educacional aos resultados finais, sem considerar inclusão e desigualdades
- e) Vincular a qualidade da educação exclusivamente ao aumento de financiamento

Resposta: c

O plano enfatiza regime de colaboração, com ações articuladas entre Estado e municípios, além de metas, prazos e monitoramento para assegurar acesso, permanência e aprendizagem.

Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: avaliação da política educacional

O **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina** orienta metas, prazos e estratégias para garantir *acesso, permanência, aprendizagem e equidade*. Sua avaliação verifica resultados, financiamento, gestão democrática, formação docente e inclusão ♣. Em concursos, destaca-se o **monitoramento contínuo**, com indicadores, relatórios e participação social ♦. A análise da política educacional observa cumprimento das metas, articulação com os planos nacional e municipais, além da correção de desigualdades regionais, assegurando qualidade social da educação ∞.

Questão 18. (Pedagoflix 2026) Na avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, qual aspecto melhor expressa o monitoramento contínuo da política educacional?

- a) Priorização de dados isolados, sem relação com metas e estratégias
- b) Verificação apenas do financiamento anual da educação
- c) Controle restrito à administração central, sem participação social
- d) Uso de indicadores, relatórios e participação social para acompanhar o cumprimento das metas
- e) Análise exclusiva da aprendizagem, desconsiderando equidade e inclusão

Resposta: d

O monitoramento contínuo envolve indicadores, relatórios e participação social para verificar o cumprimento das metas e orientar ajustes na política educacional.

Lei Complementar Estadual n.º 170/1998: Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina

A Lei Complementar Estadual n.º 170/1998 organiza o **Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina**, definindo princípios, competências, níveis, modalidades e normas de gestão. Estabelece a atuação do Estado, dos municípios e dos órgãos educacionais, com destaque para **autonomia, gestão democrática, qualidade e igualdade de acesso e permanência**. Prevê credenciamento, supervisão e avaliação das instituições ✦, além da integração entre ensino público e privado. Em provas, cobra-se a estrutura do sistema, as atribuições do **Conselho Estadual de Educação** e a garantia do direito à educação ♣.

Questão 19. (Pedagogflix 2026) Na Lei Complementar Estadual n.º 170/1998, a organização do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina enfatiza principalmente qual diretriz?


- a) Centralização administrativa absoluta das escolas
- b) Restrição da atuação dos municípios na educação
- c) Exclusividade do ensino público na composição do sistema
- d) Autonomia, gestão democrática, qualidade e igualdade de acesso e permanência
- e) Supressão da supervisão e da avaliação institucional

Resposta: d

A lei destaca a autonomia, a gestão democrática, a qualidade e a igualdade de

acesso e permanência como diretrizes centrais do sistema educacional catarinense.

Marcos legais da educação inclusiva

A educação inclusiva é assegurada pela Constituição de 1988, que garante igualdade, dignidade e atendimento educacional especializado. A **LDB** determina matrícula preferencial na rede regular, com apoio pedagógico e acessibilidade. A **Política Nacional de Educação Especial** e a **Lei Brasileira de Inclusão** fortalecem o direito à participação plena. Em Santa Catarina, normas do sistema estadual orientam inclusão, adaptações curriculares e formação docente.  ♦ Concursos cobram *acesso, permanência, aprendizagem e eliminação de barreiras*.

Questão 20. (Pedagogflix 2026) À luz da Constituição de 1988, da LDB, da Política Nacional de Educação Especial e da Lei Brasileira de Inclusão, a educação inclusiva exige principalmente:

- a) oferta de ensino separado como regra para garantir melhor atendimento
- b) matrícula condicionada à existência prévia de estrutura completa na escola
- c) acesso à escola, permanência, aprendizagem e eliminação de barreiras, com apoio e acessibilidade
- d) atendimento educacional especializado em substituição ao ensino regular
- e) adaptação curricular apenas para estudantes com deficiência física

Resposta: c

Os marcos legais asseguram inclusão na rede regular com apoio, acessibilidade e eliminação de barreiras, garantindo acesso, permanência e aprendizagem.

Marcos legais da educação especial

A educação especial, assegurada pela Constituição de 1988 ♦ e pela LDB, integra a educação escolar e deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular, com **acessibilidade, atendimento educacional especializado** e eliminação de barreiras. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforça inclusão, participação e aprendizagem. Em Santa Catarina, normas estaduais ●

alinham-se à legislação federal, garantindo *equidade*, apoio pedagógico, formação docente e respeito às diferenças, com foco no direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades.

Questão 21. (Pedagogoflix 2026) Nos marcos legais da educação especial, qual princípio melhor expressa a oferta educacional aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades?

- a) Atendimento separado da educação escolar comum, como regra geral.
- b) Restrição do acesso à rede regular até que haja laudo conclusivo.
- c) Oferta preferencial na rede regular, com acessibilidade, atendimento educacional especializado e eliminação de barreiras.
- d) Substituição da escolarização por apoio pedagógico eventual.
- e) Atendimento apenas por normas estaduais, sem articulação com a legislação federal.

Resposta: c

A legislação destaca a educação especial como parte da educação escolar, preferencialmente na rede regular, com acessibilidade, AEE e eliminação de barreiras.

Legislação sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, alterada pelas Leis **10.639/2003** e **11.645/2008**, torna obrigatório o ensino de **história e cultura afro-brasileira, africana e indígena** em toda a educação básica. O tema deve atravessar o currículo, com destaque para História, Arte e Literatura. ✦ Busca combater o *racismo*, valorizar identidades, reconhecer contribuições históricas e promover educação para a diversidade. Em Santa Catarina, a aplicação vincula-se à **Constituição**, ao sistema estadual e às diretrizes nacionais de educação em *direitos humanos* e igualdade étnico-racial.

Questão 22. (Pedagogoflix 2026) Segundo a LDB alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, qual é a orientação correta sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena?

- a) Deve ocorrer apenas em projetos extracurriculares e datas comemorativas.

- b) É conteúdo optativo, restrito ao componente de História no ensino fundamental.
- c) Deve ser trabalhado em toda a educação básica, atravessando o currículo, com destaque para História, Arte e Literatura.
- d) Aplica-se somente às escolas públicas, sem relação com direitos humanos.
- e) Limita-se ao estudo de costumes tradicionais, sem foco no combate ao racismo.

Resposta: c

A legislação determina a obrigatoriedade do tema em toda a educação básica, de forma transversal, articulada à valorização da diversidade e ao enfrentamento do racismo.

Implementação curricular da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

A implementação curricular da história e cultura **afro-brasileira, africana e indígena** é obrigatória na educação básica, conforme as Leis **10.639/2003** e **11.645/2008**, articuladas à **LDB** e à **BNCC**. Exige abordagem *transversal*, crítica e contínua, valorizando identidades, memórias, línguas, saberes e resistências ♦ Combate o **racismo**, o preconceito e a invisibilização histórica, promovendo educação antirracista, pluralidade cultural e cidadania ✦ Em Santa Catarina, demanda contextualização às realidades locais, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.

Questão 23. (Pedagogflix 2026) Na implementação curricular da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação básica, qual orientação está mais adequada às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, articuladas à LDB e à BNCC?

- a) Restringir o tema a datas comemorativas e projetos eventuais.
- b) Tratar o conteúdo apenas nas aulas de História, sem articulação com outras áreas.
- c) Priorizar conteúdos gerais, evitando contextualização às realidades locais de Santa Catarina.
- d) Desenvolver abordagem transversal, crítica e contínua, com valorização de identidades, saberes e resistências.
- e) Abordar o tema de modo opcional, conforme o interesse de cada escola.

Resposta: d

A implementação deve ser obrigatória, transversal, crítica e contínua, valorizando

identidades, memórias, saberes e resistências, além de combater o racismo e a invisibilização histórica.

Gestão democrática do ensino público: fundamentos legais

A **gestão democrática** do ensino público é princípio constitucional ✦ previsto no artigo 206 da Constituição Federal e reafirmado pela **LDB**, especialmente no artigo 3º. Envolve *participação da comunidade escolar*, autonomia pedagógica, administrativa e financeira, além de transparência e controle social. Na prática, exige conselhos escolares, projeto político-pedagógico coletivo, eleição ou consulta para dirigentes e diálogo contínuo entre Estado, escola e sociedade. Em Santa Catarina, normas do sistema estadual reforçam participação, descentralização e corresponsabilidade educacional.

Questão 24. (Pedagogflix 2026) Na gestão democrática do ensino público, qual elemento melhor expressa o princípio constitucional reafirmado pela LDB?

- a) Centralização das decisões pedagógicas no órgão mantenedor
- b) Participação da comunidade escolar, com autonomia, transparência e controle social
- c) Subordinação do projeto político-pedagógico às decisões exclusivas da direção
- d) Indicação de dirigentes sem consulta à comunidade
- e) Separação entre escola, Estado e sociedade nas decisões educacionais

Resposta: b

A gestão democrática pressupõe participação da comunidade escolar, autonomia da escola, transparência e controle social, em diálogo com Estado e sociedade.

Gestão democrática do ensino público: instâncias colegiadas

A **gestão democrática** no ensino público envolve participação efetiva da comunidade escolar ✦ na decisão, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas, administrativas e financeiras. As **instâncias colegiadas**, como conselho escolar, associação de pais e professores, grêmio estudantil e conselho de classe, fortalecem o diálogo, a transparência e a corresponsabilidade. Na legislação brasileira e

catarinense, aparecem como mecanismos de *participação, controle social e autonomia* da escola, com foco na qualidade social da educação 🗳️.

Questão 25. (Pedagogflix 2026) Na gestão democrática do ensino público, qual é a função central das instâncias colegiadas, como conselho escolar, APP, grêmios estudantis e conselho de classe?

- a) Substituir a equipe gestora nas decisões exclusivamente pedagógicas.
- b) Garantir participação da comunidade escolar na decisão, acompanhamento e avaliação das ações da escola.
- c) Limitar o controle social ao acompanhamento financeiro da escola.
- d) Concentrar a autonomia escolar apenas na direção.
- e) Atuar somente em situações de conflito disciplinar.

Resposta: b

As instâncias colegiadas existem para ampliar a participação da comunidade escolar nas decisões e no acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, fortalecendo diálogo, transparência e corresponsabilidade.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: direitos

No regime jurídico catarinense, os servidores civis têm **direitos** ligados à investidura, estabilidade, remuneração, férias, licenças, adicionais, aposentadoria e revisão de vencimentos, sempre sob legalidade ⚖️. Destacam-se ainda jornada regular, descanso, gratificações, auxílio, progressão funcional e contraditório em processos administrativos. A regra é conciliar interesse público e dignidade do servidor ✨, com dever estatal de assegurar condições de trabalho, proteção à saúde, segurança e exercício regular das garantias funcionais.

Questão 26. (Pedagogflix 2026) No regime jurídico catarinense, qual opção melhor expressa os direitos dos servidores civis sob a legalidade?

- a) Apenas remuneração e aposentadoria, sem garantias processuais.
- b) Somente estabilidade e férias, condicionadas ao interesse da chefia.
- c) Direitos restritos à investidura e à revisão de vencimentos.

- d) Investidura, estabilidade, remuneração, férias, licenças, adicionais, aposentadoria, revisão de vencimentos e contraditório em processos administrativos.
- e) Gratificações e auxílio, excluídos jornada, descanso e proteção à saúde.

Resposta: d

A alternativa d reúne, de forma completa, os direitos destacados no regime jurídico catarinense, incluindo garantias funcionais e processuais.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: deveres

No regime jurídico catarinense, o servidor deve agir com **legalidade, moralidade, eficiência e urbanidade** ✦. Cumprir ordens legais, ser assíduo, pontual, leal às instituições e guardar sigilo quando exigido são deveres centrais. Também deve zelar pelo patrimônio público, tratar todos com respeito, atender com presteza e representar contra ilegalidades ⚖. Em concursos, cobra-se a ideia de *probidade administrativa*, responsabilidade funcional, dedicação ao interesse público e observância das normas do Estado de Santa Catarina ✓




Questão 27. (Pedagogflix 2026) No regime jurídico dos servidores públicos civis de Santa Catarina, qual conduta melhor expressa os deveres de probidade administrativa, urbanidade e dedicação ao interesse público?

- a) Priorizar interesses pessoais, desde que cumpra a jornada.
- b) Cumprir apenas ordens superiores, mesmo quando ilegais.
- c) Atender com presteza, agir com moralidade, zelar pelo patrimônio público e representar contra ilegalidades.
- d) Guardar sigilo em qualquer situação, ainda que prejudique o interesse público.
- e) Ser pontual, dispensando lealdade às instituições e respeito ao cidadão.

Resposta: c

A alternativa c reúne deveres centrais do regime catarinense: moralidade, presteza no atendimento, zelo pelo patrimônio público e representação contra ilegalidades.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: responsabilidades

No regime jurídico catarinense, o servidor responde nas esferas **civil, penal e administrativa**, que podem coexistir . A responsabilidade civil decorre de dano ao erário ou a terceiros, com dever de **ressarcimento**. A penal surge quando a conduta configura crime ou contravenção. A administrativa resulta de infração funcional, apurada em sindicância ou processo disciplinar , com **contraditório** e ampla defesa. As sanções incluem advertência, suspensão, demissão, cassação e destituição, observados **legalidade, proporcionalidade e devido processo** .



Questão 28. (Pedagogflix 2026) No regime jurídico catarinense, quando a conduta do servidor causa dano ao erário ou a terceiros, configura-se principalmente a responsabilidade:

- a) penal, com aplicação de pena por contravenção
- b) administrativa, apurada apenas em sindicância
- c) civil, com dever de ressarcimento
- d) funcional, sem necessidade de contraditório
- e) disciplinar, com cassação automática

Resposta: c

A responsabilidade civil decorre do dano ao erário ou a terceiros e implica dever de ressarcimento.

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: regime disciplinar

No regime disciplinar catarinense, o servidor deve agir com **legalidade, moralidade, assiduidade, eficiência** e respeito ao interesse público. Infrações geram apuração por *sindicância* ou *processo administrativo disciplinar*, com contraditório e ampla defesa . As penalidades, conforme a gravidade, incluem **advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade**. Também podem ocorrer destituição de cargo em comissão e ressarcimento ao erário. Prescrição, proporcionalidade e motivação do ato são pontos muito cobrados em prova .

Questão 29. (Pedagogflix 2026) No regime disciplinar dos servidores públicos civis de Santa Catarina, a apuração de infrações deve observar contraditório e ampla defesa por meio de:

- a) ação judicial obrigatória em qualquer caso
- b) sindicância ou processo administrativo disciplinar
- c) comunicação verbal imediata ao superior hierárquico
- d) avaliação de desempenho anual
- e) termo de ajustamento sem apuração formal

Resposta: b

A apuração disciplinar ocorre por sindicância ou processo administrativo disciplinar, com garantia de contraditório e ampla defesa.

Estatuto do magistério público estadual catarinense

O Estatuto do Magistério Público Estadual catarinense organiza a carreira docente, definindo ingresso por **concurso público**, direitos, deveres, jornada, remuneração e evolução funcional. Valoriza *formação* e aperfeiçoamento contínuo, além de prever lotação, remoção e afastamentos conforme interesse público. Exige ética, assiduidade, responsabilidade pedagógica e cumprimento das normas educacionais. Em provas, atenção a ♣ carreira, classes, referências, estágio probatório, licenças, readaptação e processo disciplinar, sempre articulados à **qualidade social da educação**.

Questão 30. (Pedagogflix 2026) No Estatuto do Magistério Público Estadual catarinense, qual elemento se articula diretamente à qualidade social da educação na organização da carreira docente?

- a) A prioridade exclusiva da antiguidade sobre a formação
- b) O ingresso sem concurso em razão do interesse público
- c) A dispensa de estágio probatório para cargos docentes
- d) A exigência de ética, assiduidade, responsabilidade pedagógica e cumprimento das normas educacionais
- e) A remoção automática independentemente da lotação